

BANCO KDB DO BRASIL S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações financeiras
Em 30 de junho de 2025

BANCO KDB DO BRASIL S.A.

Demonstrações financeiras
Em 30 de junho de 2025

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Balanço patrimonial

Demonstração do resultado

Demonstração do resultado abrangente

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração do Banco KDB do Brasil S.A. submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras acompanhadas das Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras, correspondente ao semestre findo em 30 de Junho de 2025.

Visão Geral

O Banco KDB do Brasil S.A. (KDB Brasil) adota uma estratégia focada em eficiência operacional e maximização da rentabilidade, priorizando um portfólio com altas taxas de retorno ajustadas ao risco. A atuação é conservadora, voltada principalmente para empresas coreanas no Brasil e grandes corporações locais com forte atuação no comércio exterior.

Segmentos de Atuação

- **Finanças Corporativas:**

Ênfase em operações de Trade Finance (em dólar ou indexadas ao dólar).

Relacionamentos sólidos com subsidiárias coreanas e grandes exportadoras nacionais com grau de investimento.

- **Carry Trade:**

Operações com arbitragem de taxas e câmbio.

- **Custódia de Ativos:**

Serviços voltados a clientes não-residentes.

Gestão de Risco e Perspectivas

O Banco KDB do Brasil S.A. projeta, para 2025, a continuidade de um desempenho operacional sólido, com crescimento estável da carteira de crédito e foco em operações com boa relação risco-retorno. A estratégia conservadora adotada em 2025 resultou em forte expansão da carteira e superou as metas de rentabilidade, tendência que deve se manter.

A carteira segue concentrada em empresas exportadoras de grande porte, com baixo risco de crédito. A gestão de risco permanece como prioridade, garantindo estabilidade e controle de inadimplência.

A política de hedge cambial será mantida, com ativos indexados ao câmbio equivalentes às captações externas, protegendo o balanço contra variações cambiais.

A administração espera, ao final de 2025, mais um resultado positivo, sustentado pela eficiência operacional e relacionamentos sólidos com empresas coreanas e brasileiras.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas e Administradores do
Banco KDB do Brasil S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco KDB do Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco KDB do Brasil S.A. em 30 de junho de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Transações com partes relacionadas

Conforme mencionado na nota explicativa nº 19, o Banco mantém operações e transações relevantes com partes relacionadas. Caso estas operações fossem realizadas com terceiros ou partes independentes, os resultados alcançados poderiam ser diferentes daqueles apresentados naquelas demonstrações financeiras. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Demonstrações financeiras comparativas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras findas em 30 de junho de 2025 que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966, do Conselho Monetário Nacional (CMN), e na Resolução BCB nº 352, do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes aos períodos anteriores

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes, os quais emitiram seu relatório em 27 de março de 2025, sem modificação de opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso desta base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de setembro de 2025.

BALANÇO PATRIMONIAL PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 JUNHO DE 2025
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO		Nota explicativa	PASSIVO		Nota explicativa
Disponibilidades	4	<u>8.248</u>	Ao Valor Justo por meio do Resultado		<u>115.820</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5.a	<u>111.391</u>	Instrumentos financeiros derivativos	7.a	<u>115.640</u>
Aplicações no mercado aberto		111.391	Instrumentos financeiros derivativos		115.640
Instrumentos financeiros - Ao Valor Justo por meio do Resultado		<u>2.469</u>	Outros passivos financeiros		<u>180</u>
Instrumentos Derivativos		<u>2.469</u>	Carteira de câmbio	14.a	180
Instrumento Financeiros Derivativos	7.a	2.469	Ao custo amortizado		<u>2.290.918</u>
Abrangentes		<u>1.795.901</u>	Depósitos	12	<u>238.993</u>
Títulos e valores mobiliários	6.a	<u>1.795.901</u>	Depósitos à vista		146.366
Carteira própria		1.618.420	Depósitos interfinanceiros		90.111
Vinculados a prestação de garantias		177.481	Depósitos a prazo		2.516
Instrumentos financeiros - Ao custo amortizado		<u>951.776</u>	Obrigações por empréstimos e repasses	13	<u>2.051.925</u>
Títulos e valores mobiliários	6.a	<u>583.475</u>	Empréstimos no exterior		1.997.225
Carteira própria		583.475	Repasses do Exterior		54.700
Carteira de crédito	8.a (i)	<u>385.933</u>	Provisões Cíveis, Fiscais e Trabalhistas		<u>2.266</u>
Operações de créditos		385.933	Provisões	16	<u>2.266</u>
Provisão para perda esperada		<u>(17.632)</u>	Obrigações fiscais		<u>23.853</u>
Operações de créditos	8.a (iv)	(7.338)	Correntes	15	20.440
Títulos e valores mobiliários	6.c	(10.294)	Diferidas	10.b	<u>3.413</u>
Outros ativos	9	<u>675</u>	IRPJ - Diferido - outros		1.896
Relações Interfinanceiras		<u>2.585</u>	CSLL - Diferido - outros		1.517
Relações Interfinanceiras		2.585	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>503.988</u>
Ativos Fiscais	10.a	<u>62.286</u>	Capital social	20.a	552.891
Diferidos		62.286	Reservas de Lucros		829
Imobilizado de uso	11.a	<u>3.334</u>	Ajuste ao valor mercado - TVM e Derivativos		643
Outras imobilizações de uso		3.334	Prejuízos acumulados		(50.376)
Intangível	11.b	<u>104</u>			
Ativos intangíveis		104			
Depreciações e amortizações		<u>(1.926)</u>			
(Depreciações acumuladas)	11.a	(1.838)			
(Amortização acumulada)	11.b	(88)			
TOTAL DO ATIVO		2.936.845	TOTAL DO PASSIVO		2.936.845

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 JUNHO DE 2025
(Em milhares de reais, exceto o lucro por ações)

Nota explicativa

RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		108.800
Operações de crédito	8.d	(31.737)
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6.d	142.063
Resultado de operações câmbio	6.e	(1.526)
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(37.501)
Operações de captações no mercado		(5.550)
Operações de empréstimos e repasses	19.a	244.684
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7.f	(276.635)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		71.299
RESULTADO DE PROVISÃO PARA PERDAS		(1.140)
(Provisão)/Reversão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8.c	(1.140)
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(16.253)
Receitas de prestação de serviços		1.513
Despesas de pessoal	23	(8.348)
Outras despesas administrativas	24	(4.339)
Despesas tributárias	25	(5.524)
Despesas De Provisões Passivas Não Associadas ao Risco de Crédito	26	446
Outras despesas operacionais	27	(1)
RESULTADO OPERACIONAL		53.907
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		20
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		53.927
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	18	(34.938)
Resultado de imposto de renda e da contribuição social		(34.938)
PARTICIPAÇÕES NO LUCRO		(460)
LUCRO LIQUIDO DO SEMESTRE		18.529
LUCRO POR LOTE DE MIL AÇÕES – EM R\$		0,03

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 JUNHO DE 2025
(Em milhares de reais, exceto o lucro por ações)

30/06/2025

LUCRO LIQUIDO DO SEMESTRE	18.529
Itens que serão reclassificados para outros resultados abrangentes	643
Ganhos/(Perdas) não realizadas de ativos financeiros disponíveis para venda	1.170
Efeito fiscal	(526)

RESULTADO ABRANGENTE **19.172**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 JUNHO DE 2025

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital Social	Reserva de Lucros-Legal	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2024		552.891	829	(514)	(61.350)	491.856
Ajustes Resolução CMN nº 4.966/21	29	-	-	-	(7.555)	(7.555)
Saldos em 01 de Janeiro de 2025		552.891	829	(514)	(68.905)	484.301
MTM de títulos disponíveis para venda		-	-	1.157	-	1.157
Lucro líquido do semestre		-	-	-	18.529	18.529
Saldos em 30 de Junho de 2025		552.891	829	643	(50.376)	503.988

ATIVIDADES OPERACIONAIS
Fluxo de caixa das atividades operacionais

Lucro líquido semestre		18.529
Depreciações e amortizações		239
Reversão/(Provisão) para perdas com títulos privados		264
Variação cambial	28	(218.226)
Reversão/(Provisão) Não associados ao Risco de crédito	26	(446)
Provisão para perdas esperadas associadas a carteira de crédito	8.c	6.624
Provisão para perdas esperadas associadas a carteira de TVM	6.c	10.293

Lucro líquido ajustado **(182.723)**

Variação de ativos e passivos: **224.031**

(Aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		363.996
(Aumento) em relações interfinanceiras e interdependências		(319)
(Aumento) em operações de crédito		(67.272)
(Aumento) / Redução em outros ativos financeiros	14.a	1.294
(Aumento) / Redução em outros ativos		3.414
Aumento/(Redução) em depósitos		32.333
Aumento / (Redução) em outros passivos financeiros		(1.349)
Aumento / (Redução) em outros passivos		26.859
Imposto de renda e contribuição social pagos		(34.248)
Redução/ (Aumento) em obrigações por empréstimos e repasses		(100.677)
(Aumento)Redução em relações aplicações interfinanceiras de liquidez		-

Caixa líquido (aplicado) nas atividades operacionais **41.308**

ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

(Aumento)Redução em títulos e valores mobiliários		
Aquisição de imobilizado de uso		(26)

Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimentos **(26)**

ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Liquidação em obrigações por recursos externos	13.b	(2.567.250)
Captação em obrigações por recursos externos	13.c	2.507.401
Juros Pagos em obrigações por recursos externos	13.d	(65.738)

Caixa líquido proveniente/(aplicado) nas atividades de financiamento **(125.587)**

REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA **(84.305)**

Caixa e equivalentes de caixa - início do período	4	203.943
Caixa e equivalentes de caixa - final do período	4	119.639

REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA **(84.305)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

O Banco KDB do Brasil S.A. com sede em São Paulo, foi constituído em 7 de outubro de 2005, tendo obtido a autorização para funcionamento do Banco Central do Brasil em 18 de outubro de 2005, atua como banco múltiplo, realizando operações e serviços bancários por intermédio das carteiras comercial e de investimento, além da execução de operações no mercado de câmbio.

No contexto operacional atual, o banco tem adotado uma estratégia voltada à reversão dos prejuízos acumulados, com foco na melhoria do desempenho operacional e no aumento da rentabilidade de suas operações. Essas ações visam restabelecer a lucratividade do banco nos exercícios futuros, permitindo a realização dos créditos tributários diferidos registrados em balanço — principalmente aqueles relacionados a prejuízos fiscais e base negativa de CSLL. O banco entende que, com a implementação consistente desse plano, os lucros futuros serão suficientes para absorver os créditos tributários conforme previsto na legislação fiscal vigente e nas normas contábeis aplicáveis.

2 Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen. Essas práticas compreendem as disposições da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), e suas alterações, associadas às normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro (COSIF), normas e diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), pelo próprio Bacen e, quando aplicável, os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados por meio de atos normativos específicos.

Na elaboração das demonstrações financeiras, certos valores são registrados por estimativa as quais são estabelecidas com a aplicação de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem o valor de realização dos ativos, o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, as provisões para perdas sobre títulos e valores mobiliários, provisões judiciais, entre outros.

A Administração do Banco revisa periodicamente as estimativas e premissas. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo de sua apuração.

A Lei nº 14.467/22, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Referida norma estabelece critérios e condições para a dedutibilidade, na apuração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), das perdas oriundas de operações de crédito consideradas inadimplidas, em especial aquelas cujo atraso seja superior a 90 (noventa) dias.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o Banco avaliou os contratos de crédito em carteira e verificou que não havia operações inadimplidas acima de 90 (noventa) dias que pudessem se enquadrar no escopo da Lei nº 14.467/22. Dessa forma, não houve efeitos tributários decorrentes da aplicação da referida lei nas demonstrações financeiras do período.

O Banco optou por adotar a disposição prevista no Art. 79, da Resolução 4.966/21, e suas alterações posteriores, o qual permite às instituições não apresentarem informações comparativas de períodos anteriores em decorrência das mudanças introduzidas na classificação, mensuração e contabilização de perdas de crédito esperadas aplicáveis a instrumentos financeiros. Essa escolha visa proporcionar uma melhor análise da evolução patrimonial e financeira do Banco, permitindo uma avaliação mais clara e consistente de seu desempenho ao longo do tempo.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 29 de setembro de 2025.

3 Principais práticas contábeis

a. Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, independentemente do recebimento ou desembolso financeiro.

b. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional e estrangeira, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo prazo das operações na data efetiva da sua aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor utilizados para gerenciamento de compromissos de curto prazo.

c. Títulos e valores mobiliários

A Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.966/21 trata do processo de classificação dos instrumentos financeiros incorporando a avaliação sobre o modelo de negócios da instituição no qual os instrumentos estão inseridos, bem como, se esse instrumento atende ou não aos critérios de “somente pagamento de principal e juros” (SPPJ). Esses dois passos são fundamentais na avaliação quanto à classificação do instrumento e conseqüentemente na sua forma de mensuração.

- (i) Os títulos e valores mobiliários são contabilizados pelo custo de aquisição, deduzidos, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas que observa as diretrizes da Resolução BCB nº 4.966/2021. A Resolução, por sua vez, define os princípios contábeis que orientam as instituições financeiras na mensuração e classificação desses ativos. Contudo, a forma como esses critérios são aplicados estão de acordo com a **política interna do Banco**, a qual reflete as estratégias de gestão de ativos e a avaliação de risco classificadas em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: **Valor justo no resultado (VJR)** - Adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Os títulos classificados nesta categoria estão sendo apresentados no ativo circulante do balanço patrimonial, independentemente do prazo de vencimento;
- (ii) **Valor justo em outros resultados abrangentes (VJORA)** - Que não se enquadram como para VJR nem como CA, e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.
- (iii) **Custo amortizado (CA)** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

d. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações de “swaps” são contabilizados em conta de ativo e/ou passivo, respectivamente, apropriado como receita e/ou despesa “pro rata” dia até a data das demonstrações financeiras.

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelos seus valores de mercado e a valorização ou desvalorização reconhecida no resultado do exercício. As posições desses instrumentos financeiros têm seus valores referenciais registrados em contas de compensação.

A avaliação a valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos é feita descontando-se os valores futuros a valor presente pelas curvas de taxas de juros construídas por metodologia própria, a qual se baseia principalmente em dados divulgados pela B3 S.A.- Brasil, Bolsa, Balcão. Se não houver cotação de preços de mercado, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços e modelos de cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

i. Política de utilização:

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação com o objetivo de proteção (hedge) contra riscos de mercado que decorram, principalmente, das flutuações das taxas de juros e câmbio. Para fins de “hedge accounting”, a efetividade dos instrumentos de hedge é assegurada pelo equilíbrio das flutuações de preços dos contratos de instrumentos financeiros derivativos e dos valores de mercado dos itens objeto de hedge, conforme detalhado na nota explicativa nº 7.e.

ii. Gerenciamento:

O gerenciamento das operações com esses instrumentos financeiros derivativos é efetuado com base nas posições consolidadas por taxas de juros locais, pré-fixada e dólar.

iii. Critérios de avaliação e mensuração, métodos e premissas utilizados na apuração do valor de mercado:

Para a apuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos, o Banco utiliza as taxas referenciais de mercado divulgadas principalmente pela B3 S.A. Os instrumentos financeiros derivativos são segregados nas categorias indexador, contraparte, local de negociação, valores de referência, faixas de vencimento e os valores de mercado.

e. Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito são registradas pelo valor originalmente concedido, acrescido dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações financeiras, conforme detalhado na nota explicativa **8.a(i)**. Para as operações com atraso superior a 90 dias, o reconhecimento no resultado é realizado apenas quando ocorre o efetivo recebimento. No entanto, mesmo para instrumentos financeiros com atraso inferior a esse prazo, caso haja evidência de deterioração significativa na capacidade financeira da contraparte de cumprir suas obrigações nas condições pactuadas, o Banco os classifica como ativos problemáticos.

As classificações de risco seguem a avaliação de crédito individualizada de cada operação, com base no perfil do cliente, nas condições econômicas vigentes, na experiência histórica e nos riscos específicos relacionados à operação, aos devedores e garantidores. Esses critérios são aplicados em conformidade com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21 e pela Resolução BCB nº 352/23, que exigem análise periódica da carteira, conforme detalhado na nota explicativa **8.a(iv)**.

Por ser uma instituição enquadrada no Segmento S4, o Banco adotou o modelo simplificado. Assim, para fins de apuração dos níveis de provisão para perdas associadas ao risco de crédito, a Resolução BCB nº 352/23 determina a segregação das operações em diferentes carteiras.

No caso dos ativos financeiros inadimplidos, aplica-se o Anexo I da Resolução BCB nº 352/2023, com o objetivo de constituir provisões suficientes para cobrir integralmente a perda esperada. Para os ativos financeiros adimplidos, utiliza-se o Anexo II da mesma Resolução, assegurando a constituição dos montantes mínimos requeridos pela norma.

f. Operações em moeda estrangeira

As operações ativas e passivas com cláusula de variação cambial são atualizadas pela taxa de compra ou de venda da moeda estrangeira, na data das demonstrações financeiras, de acordo com as disposições contratuais e as diferenças decorrentes de conversão de moeda reconhecidas no resultado do período.

g. Imobilizado e Intangível

Os bens do ativo imobilizado (bens corpóreos) estão registrados ao custo de aquisição. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para sistema de processamento de dados e veículos e 10% a.a. para os demais itens.

De acordo com a Resolução nº 4.535/16 do Bacen, o imobilizado de uso são registrados os bens tangíveis próprios e as benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros, destinados à manutenção das suas atividades ou que tenham essa finalidade por período superior a um exercício social.

Os ativos intangíveis representam os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade, obedecendo os critérios da Resolução nº 4.534/16, do Bacen, e alterações posteriores. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos.

h. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (*impairment*)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

i. Depósitos e letras cambiais

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro-rata dia.

j. Imposto de renda e contribuição social – Corrente e Diferido

O imposto de renda é calculado à alíquota vigente de 15%, com um adicional de 10% incidente sobre o lucro tributável excedente R\$ 240 mil para o exercício, e a contribuição social pela alíquota de 20% ajustados pelas adições e exclusões previstas na legislação.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são constituídos pelas mesma alíquotas sobre as adições temporárias dedutíveis quando de sua constituição, utilização e/ou reversão das respectivas adições. Os ativos e passivos fiscais diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, as quais são revistas periodicamente considerando estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

k. Ativos e passivos contingentes, obrigações legais e provisão para passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, obrigações legais e provisão para riscos são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 e Instrução Normativa BCB nº 319/2022 do Banco Central do Brasil, obedecendo aos seguintes critérios:

Ativos contingentes - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

Passivos contingentes – São classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação.

Provisão para passivos contingentes - São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Obrigações legais, fiscais e previdenciárias - Referem-se a processos administrativos ou judiciais relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou a constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, os montantes discutidos são integralmente provisionados e atualizados de acordo com a legislação vigente.

l. Resultado Recorrente e não recorrente

Conforme disposto na Resolução BCB Nº 2, de 12/08/2020, o Banco KDB do Brasil S.A. classifica o resultado recorrente e não recorrente, em notas explicativas, de acordo com a política contábil aprovada pela diretoria. Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades não usuais do Banco e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades regulares e habituais do Banco e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

No semestre findo em 30 de junho de 2025, não foram identificados efeitos classificados como resultado não recorrente. Assim, todo o resultado do período refere-se exclusivamente a atividades recorrentes.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	30/06/2025
Disponibilidades	8.248
Aplicações em operações compromissadas (i)	111.391
Total	119.639

(i) Referem-se as operações com títulos públicos com cláusula de liquidez imediata, apresentadas na nota explicativa 5.

5 Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

a. Aplicações no mercado aberto:

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado Posição Bancada	De 1 a 90 dias	De 91 a 360 dias	Após 360 dias	30/06/2025
Letras do Tesouro Nacional - LTN	29.400	-	-	29.400
Notas do Tesouro Nacional - NTN	27.996	-	-	27.996
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	53.995	-	-	53.995
Total	111.391	-	-	111.391
Circulante	111.391	-	-	111.391
Não Circulante	-	-	-	-

6 Títulos e valores mobiliários

Apresentamos a seguir a composição da carteira de títulos, por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento, ajustados aos respectivos valores de mercado:

a. Composição da carteira de títulos e valores mobiliários:

Descrição	30/06/2025
Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes	1.795.901
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.570.624
Letras do Tesouro Nacional – LTN	47.796
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (ii)	177.481
Custo Amortizado	583.475
Debentures	153.100
LF - Letra Financeira - Mantidos até o vencimento	161.303
Aplicações em Títulos no Exterior (i)	269.072
Total	2.379.376
Circulante	1.795.901
Não Circulante	583.475

(i) As aplicações em títulos no exterior são compostas por títulos adquiridos no mercado secundário financeiro do exterior, no montante de R\$ 269.072 com vencimento em até 5 anos.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais)*

(ii) Referem-se à prestação de garantias em operações com derivativos e câmbio, registradas na B3. Tais ativos encontram-se indisponíveis para movimentação, uma vez que permanecem bloqueados no sistema de liquidação, sendo compostos por Letras Financeiras do Tesouro no montante de R\$ 177.481..

O valor de mercado utilizado para ajuste dos títulos de renda fixa foi apurado com base nas taxas médias dos títulos, divulgados pela ANBIMA.

Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC e os títulos privados estão custodiados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

Os títulos no exterior estão custodiados na Euroclear pelo Banco KDB London. O valor de mercado utilizado para ajuste dos títulos foi apurado com base no preço dos títulos, divulgados pela Bloomberg.

b. Classificação por categorias e prazos:

Descrição			30/06/2025		Ajuste de mercado (iii)
	Sem vencimento até 360 dias	Acima 360 dias	Valor de mercado	Valor de custo	
Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes					
Letras do Tesouro Nacional (LTN) (i)	47.796	-	47.796	48.351	(554)
Letras Financeiras do Tesouro (LFT) (i)	429.779	1.318.326	1.748.105	1.746.602	1.724
Custo Amortizado					
Debênture (ii)	-	153.100	153.100	153.100	-
Letra Financeira – LF	72.612	88.691	161.303	161.303	-
Aplicações em Títulos no Exterior (iv)	66.213	202.859	269.072	269.072	-
Total	616.400	1.762.976	2.379.376	2.378.428	1.170

- (i) O valor de mercado dos Títulos Públicos, Títulos e Valores Mobiliários e Cotas de Fundos, foram apurados com base em cotações de preços, índices e taxas imediatamente disponíveis para transações não forçadas e oriundas de fontes independentes. Portanto, classificados como Nível 1.
- (ii) É um investimento remunerado a taxa pós-fixada à 100% do CDI mais um spread limitado a 1,25% e 1,45% na primeira e segunda série, respectivamente, e não existe exposição em relação a possíveis volatilidades.
- (iii) Em 30 de junho de 2025, foram registrados ajustes ao valor de mercado sobre os títulos classificados na categoria de títulos valor justo em outros resultados abrangentes, no montante de R\$ (1.170), os quais foram reconhecidos em contrapartida do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.
- (iv) Referem-se a títulos mantidos no exterior, distribuídos em três países — Inglaterra, Estados Unidos e Coreia do Sul —, pelos seguintes valores e respectivas taxas de remuneração:
- USD 15.000, à taxa de 5,48%;
 - USD 12.000, à taxa de 5,62%;
 - USD 12.000, à taxa de 5,45%

c. Perda de crédito esperada para demais ativos financeiros - Títulos Privados

Descrição	Saldo em 31/12/2024	Provisões Res. 4.966	Prov/Reversão Adicional	Total Movimentação	Saldo em 30/06/2025
Debentures	(998)	(2.794)	883	(1.911)	(2.909)
Letra Financeira	(795)	(1.430)	(47)	(1.477)	(2.272)
Aplicações no exterior	-	(4.028)	(1.085)	(5.113)	(5.113)
Total	(1.793)	(8.252)	(249)	(8.501)	(10.294)

d. Resultado de operações com títulos e valores mobiliários:

Descrição	30/06/2025
Títulos de renda fixa	153.357
Aplicações interfinanceiras de liquidez	10.886
Títulos e valores mobiliários no exterior (i)	(22.180)
Total	142.063

(i) Referem-se aos contratos de Aplicações em títulos no exterior que possuem cláusula de variação cambial. Em 30 de Junho de 2025, a desvalorização do dólar gerou impacto negativo no saldo da carteira, resultando em redução no valor contábil dessas aplicações.

e. Resultado de operações com câmbio:

Descrição	30/06/2025
Resultado de operações câmbio	(1.526)
Total	(1.526)

7 Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos referem-se a um swap cambial, no qual o Banco KDB recebe uma taxa fixa em USD e paga uma taxa flutuante atrelada ao CDI. Todas as condições da ponta em USD são idênticas às do empréstimo captado no exterior — incluindo valor nocional, taxa fixa, prazo, convenções de contagem de dias, data de início e data de vencimento. Para a apuração, considerou-se a taxa média do USD de 5,3147 e a taxa média do CDI de 94,01.

O Banco KDB do Brasil realiza captação de recursos com The Korea Development Bank em moeda estrangeira (USD) com o principal objetivo de investir em títulos brasileiros (Títulos Públicos ou Títulos Privados) no mercado local.

Para investir no mercado local é necessário a realização da conversão da moeda estrangeira (USD) para a nacional (BRL) e, portanto, existe a ocorrência de uma exposição externa, para compensar essa exposição a estratégia adotada é realizar operações com Instrumentos Financeiros derivativos.

Critérios de avaliação e mensuração

Os Instrumentos Financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção do KDB, na data de início da operação, e sua finalidade é realizar a proteção contra risco (Hedge), e são classificados como hedge de acordo com sua natureza.

Hedge de Risco de Mercado: os ativos e passivos financeiros objetos de hedge e os respectivos Instrumentos Financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes variações ou desvalorizações reconhecidas no resultado do período.

Em 30 de junho de 2025, as posições dos instrumentos financeiros derivativos com estratégia para hedge foram as seguintes:

a) **Valores de diferencial a receber e a pagar:**

Descrição	Valor Referencia	30/06/2025		Ajuste Diferencial
		Valor Custo	Valor mercado	
Swap - diferencial a receber	40.000	260	1.610	1.350
Swap - diferencial a pagar	1.632.307	(107.167)	(115.640)	(8.473)
Total Swap (Hedge/Proteção)	1.672.307	(106.907)	(114.030)	(7.123)
Câmbio - diferencial a receber	859	-	859	-
Total Câmbio	859	-	859	-
Total Instrumento Derivativo	1.673.166	(106.907)	(113.171)	(7.123)

b) **Composição do valor de referência por vencimento:**

Descrição	30/06/2025		Total
	Até 360 dias	Acima 360 dias	
Swap	1.184.931	487.376	1.672.307
Câmbio	859	-	859
Total	1.185.790	487.376	1.673.166

c) **Composição por indexador:**

Descrição	Valor a receber	30/06/2025	
		Valor a pagar	Valor de referência
Operações de Swap / Câmbio			
Posição	2.469	(115.640)	1.673.166
DOL x DI	2.469	(115.640)	1.673.166
Libor x DOL			
Total	2.469	(115.640)	1.673.166

d) **Valor de referência por local de negociação:**

Descrição	30/06/2025	
	Balcão (B3 S.A.)	
Operações de swap / câmbio	1.673.166	
Total	1.673.166	

e) **Hedge accounting:**

As operações de hedge citadas foram avaliadas como efetivas, de acordo com o estabelecido na Circular BCB nº 3.082/2002. Deve haver a correlação negativa entre as variações de valor de mercado ou de fluxo de caixa do objeto de hedge e do instrumento de hedge, num intervalo entre 80% (oitenta por cento) e 125% (cento e vinte e cinco por cento), conforme quadro abaixo a variação apresentada foi de 100%.

Instrumentos Financeiros		30/06/2025
Posição Ativa – Swaps (7.a)		
<u>Swap – Dólar (1)</u>		
Valor exposição		1.672.307
valor curva		1.409.891
valor mercado		1.398.958
Efeito no Resultado		(10.933)

Instrumentos Financeiros		30/06/2025
Posição Passiva		
<u>Obrigações por empréstimos em moeda estrangeira (1)</u>		
Valor exposição		1.672.307
valor custo		1.409.736
valor mercado		1.398.803
Efeito no Resultado		(10.933)
Variação		100.00%

(i) Utilizado como proteção da operação de captação no exterior (Nota 13).

Os instrumentos financeiros derivativos para proteção da exposição cambial de balanço em 30/06/2025 estão demonstrados nas tabelas abaixo:

Instrumento de Hedge	Item Objeto de Hedge	Notional USD	Valor Referência	Parcela Efetiva
Swap - DOL X DI	Obrigações Empréstimos Dívida em USD	255.000	1.673.166	10.933
Total		255.000	1.672.337	10.933

f) **Ganhos e Perdas Líquidas - Operações com Derivativos:**

Descrição	30/06/2025
Renda de Operações de Swap	76.039
Despesa de Operações de Swap	(353.533)
Renda de Operações de Câmbio	859
Saldo final	(276.635)

8 Operações de crédito

a. Composição da carteira por tipo de operação

i. Classificação de Instrumentos Financeiros:

Descrição	30/06/2025
A Custo Amortizado (CA)	
Operações de crédito	182.620
Empréstimos	127.905
Financiamentos	54.715
Operações com Características de Concessão de Crédito	203.313
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	203.313
Total	385.933

ii. Reclassificação dos Instrumentos Financeiros

Em atendimento ao disposto no Art. 90, VI, “a” e “b”, da Resolução BCB nº 352, de 2023, informamos que, durante o exercício findo em 30 de junho de 2025, não foram realizadas reclassificações entre categorias de operações de crédito. As operações de crédito permanecem integralmente classificados e mensurados ao custo amortizado, não havendo, portanto, efeitos a serem apresentados nas demonstrações financeiras decorrentes de reclassificações.

iii. Vencimentos - Crédito e operações com característica de concessão de crédito

Descrição	30/06/2025
Parcelas a vencer até 90 dias	274.412
Parcelas a vencer acima de 360 dias	111.521
Total	385.933

iv. Perdas Esperadas associadas ao risco de crédito

Descrição	30/06/2025	
	Saldo	Provisão
Empréstimos	127.905	2.435
Financiamentos	54.715	1.040
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	203.313	3.863
Total	385.933	7.338

b. Operações renegociadas

De acordo com o disposto no Art. 90, IX, “a”, da Resolução BCB nº 352, de 2023, informamos que, no exercício findo em 30 de junho de 2025, o Banco efetuou renegociações de instrumentos financeiros, detalhadas no quadro a seguir. Tais renegociações limitaram-se à extensão dos prazos de vencimento, sem alterações relevantes nos demais termos contratuais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais)

Em razão da natureza dessas operações, restritas à prorrogação dos prazos, não houve reconhecimento de ganhos ou perdas no resultado do período decorrentes dessas renegociações.

Descrição	30/06/2025
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	120.043
Saldo final	120.043

c. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A movimentação da provisão para perdas com operações de créditos é assim resumida:

Descrição	Saldo em 31/12/2024	Provisões Res. 4966	Prov/ Reversão Adicional	Total Movimentação	Saldo em 30/06/2025
Empréstimos	(404)	(1.750)	(281)	(2.031)	(2.435)
Financiamentos	-	(1.455)	415	(1.040)	(1.040)
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	(310)	(2.279)	(1.274)	(3.553)	(3.863)
Saldo final	(714)	(5.484)	(1.140)	(6.624)	(7.338)

d. Ganhos e Perdas Líquidas - Crédito operações com característica de concessão de crédito

Descrição	30/06/2025
Renda de Operações de Crédito	8.327
Resultado de Variação Cambial (i)	(40.064)
Saldo final	(31.737)

(i) Referem-se aos contratos de operações de crédito que possuem cláusula de variação cambial. Em 30 de Junho de 2025, a desvalorização do dólar gerou impacto negativo no saldo da carteira, resultando em redução no valor contábil dessas operações.

9 Outros ativos

Descrição	30/06/2025
Depósitos para caução de aluguel	364
Adiantamentos e antecipações salariais	191
Depósitos judiciais	51
Despesas antecipadas	64
Outros	5
Total	675
Circulante	260
Não Circulante	415

10 Ativos e Passivos Fiscais Diferidos

a. Ativos Fiscais Diferidos

Descrição	Valor Base	IRPJ	30/06/2025	
			CSLL	Total
Provisões para Operações de Crédito	3.895	974	779	1.753
Provisões Passivas de Outras	988	247	198	445
Provisão para ajuste negativo de MTM de Derivativos	2.597	649	520	1.169
Ajuste de títulos disponíveis para venda	554	139	111	250
Ajuste Fiscal 4966	13.736	3.434	2.747	6.181
Prejuízo fiscal/base negativa	116.643	29.161	23.327	52.488
Total	138.413	34.604	27.682	62.286

b. Passivos Fiscais Diferidos

Descrição	Valor Base	IRPJ	30/06/2025	
			CSLL	Total
Ajuste de títulos disponíveis para venda	1.724	431	345	776
Provisão para ajuste negativo de MTM de Objeto Hedge	5.861	1.465	1.172	2.637
Total	7.585	1.896	1.517	3.413

c. Movimentação dos ativos e passivos fiscais diferidos

Ativos Fiscais Diferidos		30/06/2025
Saldo Inicial		65.839
Constituição		15.919
Reversão		(19.472)
Saldo Final		62.286
Passivos Fiscais Diferidos		30/06/2025
Saldo Inicial		2.927
Constituição		10.985
Reversão		(10.499)
Saldo Final		3.413

d. Expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos

Prazo	IRPJ	CSLL	Total	Valor Presente
Até 1 ano	9.842	7.873	17.715	15.451
De 1 a 2 anos	7.542	6.034	13.576	10.328
De 2 a 3 anos	7.974	6.379	14.353	9.524
De 3 a 4 anos	7.349	5.880	13.229	7.657
Total	32.707	26.166	58.873	42.960

11 Imobilizado de uso e intangível

a. Imobilizado:

Descrição	Custo	30/06/2025	
		Depreciação	Líquido
Instalações	50	(46)	4
Móveis e equipamentos de uso	295	(1.268)	(973)
Sistema de comunicação	233	-	233
Sistema de processamento de dados	1.225	-	1.225
Sistema de transporte	802	(401)	401
Benfeitorias em imóveis de terceiros	729	(123)	606
Total	3.334	(1.838)	1.496

b. Intangível:

Descrição	30/06/2025		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Gastos com aquisição e desenvolvimentos logiciais	104	(88)	16
Total	104	(88)	16

12 Depósitos

Descrição	30/06/2025		
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 5 anos
Depósitos à vista	146.366	-	-
Depósitos interfinanceiros	-	90.111	-
Depósitos a prazo	22	1.400	1.093
Total	146.388	91.511	1.093
Circulante			238.992
Não Circulante			1.093

13 Obrigações por empréstimos e repasses

a. Empréstimos e Repasse:

Descrição	30/06/2025
Obrigações em moedas estrangeiras - Exportação até 360 dias (i)	203.112
Obrigações em moedas estrangeiras - Outras Obrigações (ii)	268.937
Obrigações em moedas estrangeiras - Outras Obrigações (iii)	1.394.200
Obrigações por empréstimo no exterior - Outras Obrigações (iv)	16.381
Obrigações por empréstimo no exterior - Outras Obrigações (v)	114.595
Obrigações por repasse no exterior - (vi)	54.700
Total	2.051.925
Circulante	1.931.456
Não Circulante	120.469

- (i) São representadas por recursos captados no The Korea Development Bank no valor principal de USD 37.000 incorrendo à variação cambial da respectiva moeda, acrescida de taxa de juros média 4,57% com vencimento em até 1 ano. O empréstimo captado teve como finalidade a operação de Adiantamento de contrato de câmbio.
- (ii) São representadas por recursos captados no The Korea Development Bank no valor principal de USD 49.000 incorrendo à variação cambial da respectiva moeda, acrescida de taxa de juros média 4,95% a.a. em até 3 anos.
- (iii) São representadas por recursos captados no The Korea Development Bank no valor principal de USD 255.000 incorrendo à variação cambial da respectiva moeda, acrescida de taxa de juros média 4,61% a.a. em até 90 dias e até 1 ano. O empréstimo captado é objeto de hedge contábil (Nota 7.e).
- (iv) São representadas por recursos captados no The Korea Development Bank no valor principal de USD 3.000 incorrendo à variação cambial da respectiva moeda, acrescida de taxa de juros média de 4,84%. O empréstimo captado teve como finalidade a operação de repasse com atendimento a Resolução 2770 e IN RFB nº 1154/2011.
- (v) São representadas por recursos captados no The Korea Development Bank no valor principal de USD 20.000 incorrendo à variação cambial da respectiva moeda, acrescida de taxa de juros média de 4,82%.
- (vi) São representadas por recursos captados no The Korea Development Bank no valor principal de USD 10.000 incorrendo à variação cambial da respectiva moeda, acrescida de taxa de juros média de 4,67%.

b. Liquidação em obrigações por recursos externos

Descrição	30/06/2025
Obrigações em moedas estrangeiras - Exportação até 360 dias	(771.428)
Obrigações em moedas estrangeiras - Outras Obrigações	84.483
Obrigações em moedas estrangeiras - Outras Obrigações	(1.802.536)
Obrigações por empréstimo no exterior - Outras Obrigações	(18.489)
Obrigações por empréstimo no exterior - Outras Obrigações	(59.280)
Total	(2.567.250)

c. Captação em obrigações por recursos externos

Descrição	30/06/2025
Obrigação em moedas estrangeiras - Exportação até 360 dias	857.918
Obrigação em moedas estrangeiras - Outras Obrigações	1.591.616
Obrigação por empréstimo no exterior - Outras Obrigações	57.867
Total	2.507.401

d. Juros Pagos em obrigações por recursos externos

Descrição	30/06/2025
Obrigação em moedas estrangeiras - Exportação até 360 dias	(2.917)
Obrigação em moedas estrangeiras - Outras Obrigações	(4.968)
Obrigação em moedas estrangeiras - Outras Obrigações	(56.790)
Obrigação por empréstimo no exterior - Outras Obrigações	(410)
Obrigação por empréstimo no exterior - Outras Obrigações	(653)
Total	(65.738)

14 Carteira de Crédito

a. Outros Passivos Financeiros:

Descrição	30/06/2025
Rendas Antecipadas	180
Total	180
Circulante	180
Não Circulante	-

15 Obrigações Fiscais Correntes

Descrição	30/06/2025
Impostos e contribuições sobre o lucro	19.395
Impostos e contribuições sobre salários	366
Provisão para impostos - PIS, COFINS e ISS	668
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	8
Cobrança Arrecad. Trib. Assemelhados	3
Total	20.440
Circulante	20.440
Não Circulante	-

16 Provisões

Descrição	30/06/2025
Provisão a pagar sobre outras despesas administrativas	382
Provisão a pagar sobre 13º salário, férias e encargos	951
Provisão Passivos Trabalhistas	22
Provisão a pagar sobre outros	911
Total	2.266
Circulante	2.244
Não Circulante	22

17 Passivos Contingentes

O Banco KDB possui processos avaliados pelos assessores jurídicos externos como sendo de Risco provável, no montante de R\$ 22, assim distribuídos:

- i. Trabalhistas R\$ 22;

E os processos avaliados pelos assessores jurídicos externos como sendo de Risco possível, no montante de R\$ 360, assim distribuídos:

- ii. Tributárias R\$ 360;
- iii. Trabalhistas R\$ 0;

Nenhuma provisão foi constituída para estes processos, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

18 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O quadro abaixo apresenta a apuração dos impostos referentes aos semestres encerrados em 30 de junho de 2025:

Descrição	30/06/2025
Resultado antes da tributação e sobre o lucro e participações	53.927
- Despesas indedutíveis	20.891
- Despesas temporárias	21.639
- Exclusões	(18.817)
Resultado da base ajustada do imposto de renda e contribuição social	77.640
Resultado de imposto de renda e da contribuição social - Corrente	34.938
Compensação de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social	(24.454)
Reversão de imposto de renda e da contribuição social – Diferido sobre prejuízos	(11.004)
Resultado de imposto de renda e contribuição social – Diferido sobre adições e exclusões temporárias	7.451

O total de prejuízo fiscal de imposto de renda e bases negativas de contribuição social em 30 de junho de 2025 totaliza R\$ 116.643. Os prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social não possuem prazos prescricionais e sua compensação está limitada a 30% dos lucros tributáveis apurados em cada período-base futuro.

19 Partes relacionadas

a. Partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas estão representadas por:

Operações	Grau de relação	30/06/2025	
		Ativo / (Passivo)	Receitas / (Despesas)
Depósitos à vista	Ligada	(1)	-
Depósitos à prazo	Ligada	(2.516)	(551)
Obrigações por empréstimos e repasses	Controlador	(2.051.925)	244.684

b. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração total do pessoal-chave da Administração para o semestre findo em 30 de junho de 2025 foi de R\$ 4.000, a qual é considerada benefício de curto prazo.

20 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social, que está totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 552.891 em 30 de junho de 2025. A seguir, apresentamos as ações nominativas escriturais (em milhares de ações), que não possuem valor nominal.

Composição do Capital Social em quantidade de ações	30/06/2025
Ordinárias	552.891
Total	552.891

b. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual, ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas.

Atualmente, o Banco não distribui dividendos e não constitui o montante de reserva legal, pois destina 100% do lucro líquido do exercício para absorção de prejuízos acumulados.

21 Gerenciamento de risco

Estratégias e parâmetros para o gerenciamento de riscos e atuação no mercado

O Banco possui área específica e independente das linhas de negócio que é responsável pela mensuração, monitoramento e reporte dos principais riscos de mercado incorridos pela Instituição.

O Banco realiza hedge de operações de clientes e de posições próprias, buscando mitigar os riscos derivados das oscilações dos preços de fatores de risco de mercado relevantes e enquadrar as operações nos limites de exposição vigentes.

Derivativos são os instrumentos mais utilizados para a execução destas atividades de hedges. Nas situações em que essas operações se configuram como hedge contábil, gera-se documentação comprobatória específica, inclusive com o acompanhamento contínuo da efetividade do hedge (retrospectivo e prospectivo) e das demais alterações no processo contábil. Os procedimentos de hedge contábil e econômico são regidos por políticas internas.

A Gestão de Riscos no Banco KDB do Brasil S.A. conta com quatro frentes de atuação: Gestão de risco de mercado, operacional, liquidez e crédito. A gestão de risco é efetuada por meio de políticas internas e equipes independentes das áreas de negócio do Banco, que monitoram os diversos riscos inerentes às operações e/ou processos. Essas estruturas de gerenciamento podem ser assim resumidas:

- a. **Risco de mercado** - A Gestão de riscos de mercado implica no monitoramento e a revisão da exposição à variação cambial e taxas de juros relacionada às atividades de transferência de valores, por aprovar contrapartes, designar taxas de risco internas e estabelecer limites de remessas. O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado e aderente aos processos de melhoria contínua.

- b. **Posições de instrumentos financeiros e análise de sensibilidade de riscos**

O Banco apresenta três cenários de simulações sobre a apresentação de informações dos instrumentos financeiros, inclusive os derivativos de hedge, que incluem a análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração.

Essa análise incluiu simulações que medem o efeito dos movimentos das curvas de mercado e dos preços sobre as exposições mantidas pelo Banco, tendo como objetivo simular os efeitos no resultado diante de três cenários específicos, conforme apresentado a seguir: Situação considerada provável pela Administração que considerou uma deterioração de 1%, na variável de risco (câmbio e taxa de juros), que teve a intenção de demonstrar certa estabilidade.

1 - Situação com deterioração de, pelo menos, 25% (*) na variável de risco considerada (câmbio e taxa de juros).

2 - Situação com deterioração de, pelo menos, 50% (*) na variável de risco considerada (câmbio e taxa de juros).

I – Demonstrativo de Posições

Apresentamos, a seguir, os instrumentos financeiros derivativos em aberto em 30 de junho de 2025 e os respectivos montantes das carteiras protegidas por esses instrumentos:

Operação / Carteira protegida	Risco	Valor de referência Financeiro derivativo	Valor Ativo	Valor Passivo	MTM
Hedge Cambial	Câmbio	1.672.337	1.607.046	1.721.076	(114.030)
Operação	Risco	MTM Exposição Líquida	Cenário I Deterioração 1%	Cenário II Deterioração 25%	Cenário III Deterioração 50%
Hedge Cambial Dívida em moeda estrangeira	Derivativo (risco queda US\$)	1.607.046	16.070	401.761	803.523
	Dívida (risco aumento US\$)	(1.721.076)	(17.211)	(430.269)	(860.538)
	Efeito Líquido	(114.030)	(1.140)	(28.508)	(57.015)
Item objeto de Hedge Valor Justo no Resultado	Risco	Valor de referência	Valor Curva	Valor MTM	MTM
Obrigações por empréstimos no exterior	Câmbio	1.672.337	1.409.736	1.398.803	10.933

- c. **Risco operacional** - A natureza dos negócios do Banco KDB do Brasil S.A. é caracterizada por um pequeno número de operações diárias e depende de seus sistemas de processamento de dados e de tecnologias operacionais. A Gestão de risco operacional é uma importante ferramenta utilizada para sustentar e não interromper as operações em curso, assegurando a continuidade das atividades ainda que em situações adversas.

- d. **Risco de liquidez** - É gerenciado de forma a manter a capacidade de liquidação das obrigações por pagamentos e retenção de ativos de alta qualidade e liquidez contra situações de crise e, portanto, estabelecer uma estrutura sólida tanto financeira quanto operacional. O Banco KDB do Brasil S.A. administra o risco de liquidez utilizando vários métodos tais como: descasamento de vencimentos, *stress tests* e etc.
- e. **Risco de crédito** - Entende-se como risco de crédito a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, a desvalorização do contrato de crédito decorrente de deterioração na classificação do risco do tomador, a redução de ganhos ou remunerações, as vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. O Banco KDB do Brasil S.A. está preparado para identificar, mensurar, controlar e definir ações para mitigação dos riscos associados aos créditos, de acordo com a natureza e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos.

22 Patrimônio de Referência

As instituições financeiras estão obrigadas a manter um Patrimônio de Referência (“PR”) compatível com os riscos de suas atividades, sendo que o limite mínimo requerido é de 10,5%. O Banco Central do Brasil, através da Resolução CMN nº 4.958/21 e suas alterações da Resolução BCB N° 229/22 que revogou a Circular 3.644/13 instituiu nova forma de apuração do Patrimônio de Referência – PR, e entram em vigor novas regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basileia III, com nova metodologia de mensuração, análise e administração de riscos de crédito e riscos operacionais. Esse índice é calculado de forma consolidada, conforme demonstrado a seguir:

BASILEIA	30/06/2025
Patrimônio de Referência Nível I	451.482
Capital Principal	451.482
Patrimônio Líquido	503.988
(-) Ajustes Prudenciais	(52.506)
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA - PR	451.482
ATIVO PONDERADO PELO RISCO - RWA	1.059.555
Risco de crédito	829.757
Risco de mercado	9.575
Risco operacional	220.223
ÍNDICE DA BASILEIA	42.61%

O Banco KDB do Brasil S.A., de acordo com a Circular n.º 3.930/19, divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e Patrimônio de Referência. O relatório com maior detalhamento, estrutura e metodologias encontra-se disponível no site do Banco.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais)

23 Despesas de pessoal

Descrição	30/06/2025
Pró-labore diretoria	(4.000)
Proventos	(2.660)
Benefícios e treinamento	(763)
Encargos sociais	(915)
Remuneração de estagiários	(10)
Total	(8.348)

24 Outras despesas administrativas

Descrição	30/06/2025
Aluguéis	(633)
Serviços do sistema financeiro	(1.071)
Processamento de dados	(906)
Comunicações	(291)
Serviços técnicos especializados (i)	(244)
Condomínio	(186)
Viagens	(214)
Depreciação e amortização	(239)
Serviços de terceiros	(9)
Propaganda, promoções e publicidade	(183)
Manutenção e conservação de bens	(49)
Materiais	(52)
Transportes	(54)
Água, energia e gás	(20)
Seguros	(18)
Taxas e emolumentos	(1)
Serviços de vigilância e segurança	(5)
Outras	(164)
Total	(4.339)

(i) Os valores pagos referentes aos honorários de auditoria para o primeiro semestre de 2025 é de R\$ 46. A BDO não presta outros serviços que não os de auditoria para a KDB do Brasil S.A.

25 Despesas tributárias

Descrição	30/06/2025
Contribuição à COFINS	(3.010)
Contribuição ao PIS	(489)
Imposto sobre serviços - ISS	(90)
Impostos municipais e outros	(1.935)
Total	(5.524)

26 Provisões / Reversão

Descrição	30/06/2025
Reversão de provisão PLR	446
Total	446

27 Outras despesas operacionais

Descrição	30/06/2025
Outras Despesas Operacionais	(1)
Total	(1)

28 Variação Cambial

Descrição	30/06/2025
Obrig M/E- Outras Linhas- Clean Advance	226.545
Empréstimos no Exterior - KDB – KOREA	2.447
Outros Passivos Financeiros	8
Outros Passivos financeiros-credores diversos	21
(-) Despesa de Disponibilidades em Moeda Estrangeira	(1.555)
(-) Despesa de Var Cambial Capital de Giro-Re	(2.206)
(-)Despesa de Var Cambial - Empréstimo ME	(7.034)
Total	218.226

29 Outros assuntos - Impactos contábeis Resolução 4.966/21

A Resolução CMN n.º 4.966/21, e alterações posteriores, estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros, assim como as diretrizes para o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) por instituições financeiras e outras entidades autorizadas pelo Banco Central do Brasil. O objetivo é reduzir as disparidades entre as normas contábeis do COSIF e os padrões internacionais.

A Resolução BCB n.º 352/23, revogou os requisitos estabelecidos pela Resolução BCB n.º 309, de 28 de março de 2023 e estabeleceu procedimentos contábeis relacionados à definição de fluxos de caixa de ativos financeiros, aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva, constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e evidenciação de informações sobre instrumentos financeiros em notas explicativas.

Concomitante a mudança trazida pelas resoluções está a reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. O Banco Central do Brasil reestruturou o elenco de contas do COSIF, estabelecendo novas estruturas e limitando os níveis de agregação das contas.

Os impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 1º/1/2025 foram estudadas pela Companhia tendo os seus impactos refletidos a partir da entrada de sua vigência.

Diante da magnitude da Resolução em análise e o impacto contábil, com a revogação de 19 normativos, em especial a revogação da Resolução CMN N° 2.682/99 que dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, a Companhia dividiu o projeto em etapas a fim de possibilitar uma transição mais eficiente, buscando pontos de assimetria com a política atual adotada pela Companhia, levando em consideração as modificações necessárias no sistema de tecnologia e desenhando atividades, responsáveis e prazos para adequação de sistema e processos.

A transição para a Resolução CMN n.º 4.966/2021 acarretou, redução não superior a 1,54% do patrimônio líquido, líquido dos efeitos fiscais.

Abaixo o quadro resumo com os principais impactos com a transição da norma:

Ajustes Resolução CMN nº 4.966/21	Valor Bruto	Efeito Fiscal	% Patrimônio Líquido
Perda de crédito esperada para operações de crédito - Empréstimos (8.c)	(5.484)	(2.468)	(3.016)
Perda de crédito esperada para demais ativos financeiros - Títulos Privados (6.c)	(8.252)	(3.714)	(4.539)
Total	(13.736)	(6.182)	(7.555)

30 Eventos Subsequentes

Medidas Econômicas, Fiscais e Tributárias de 2025

Durante o exercício de 2025, o Governo Federal adotou um conjunto de medidas econômicas, fiscais, tributárias e diplomáticas com impactos relevantes sobre o sistema financeiro nacional. Essas ações influenciaram diretamente a gestão de risco, a concessão de crédito, a política fiscal, a carga tributária sobre operações financeiras e o ambiente regulatório de instituições bancárias e demais agentes econômicos. Dentre as principais medidas, destacamos:

1. Tarifação dos EUA e Aplicação da Lei Magnitsky

Em junho/2025, os Estados Unidos impuseram novas tarifas comerciais (tarifação) sobre a importação de diversos produtos brasileiros e aplicaram sanções sob a Lei Global Magnitsky.

Plano Brasil Soberano – Medidas Compensatórias

Lançado em agosto/2025, o Plano Brasil Soberano buscou mitigar os efeitos econômicos e comerciais das sanções e tarifas impostas pelos EUA. Entre suas principais ações:

- ✓ Linhas de crédito emergenciais com garantias públicas (FGI, FGO, FGCE);
- ✓ Incentivos à diversificação de mercados de exportação;
- ✓ Reforço de programas como Reintegra e drawback;

- ✓ Apoio à produção nacional e ao emprego.

Impactos diretos no Banco KDB:

As sanções e medidas tarifárias implementadas pelos Estados Unidos, a princípio, não geraram impactos diretos nas operações do Banco KDB, uma vez que a instituição não mantém relações com os setores e empresas diretamente afetados pelas restrições. O monitoramento macroeconômico e de risco setorial foi intensificado, embora não tenham sido necessárias alterações operacionais ou ajustes de exposição até o momento. A avaliação atual indica uma baixa probabilidade de impactos relevantes sobre as operações do banco no curto prazo. Ainda assim, seguiremos com o acompanhamento contínuo desses temas.

2. Reforma Tributária – Implementação do IBS e CBS (EC 132/2023)

O governo iniciou em 2025 os procedimentos preparatórios para a implementação da reforma tributária, aprovada em 2023 por meio da Emenda Constitucional nº 132. Entre os avanços:

Aprovação de leis complementares regulamentando o novo modelo de Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS);
Definição do período de transição entre 2026 e 2032;

Testes e simulações de impactos setoriais, inclusive sobre serviços financeiros.

Impactos diretos no Banco KDB:

- ✓ Adaptação de sistemas internos para apuração e recolhimento do IBS e CBS sobre receitas financeiras;
 - ✓ Aumento da carga tributária efetiva para alguns tipos de operação, especialmente de crédito e intermediação financeira;
 - ✓ Necessidade de revisão de preços, produtos e contratos de longo prazo.
-

4. Aumento da Alíquota do IOF – Crédito e Câmbio

Em maio/2025, o Governo Federal realizou alterações e elevou as alíquotas do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) em diversas frentes, dentre elas:

- ✓ Crédito para pessoa jurídica: teto de IOF de operações de crédito para PJ subiu para 3,38% ao ano; e
- ✓ Operações de câmbio: aumento da alíquota de IOF para 3,5% em várias operações, como compra de moeda estrangeira em espécie, remessa ao exterior, cartões internacionais, crédito de curto prazo e saída não especificada de recursos.

Impactos diretos no Banco KDB:

Possível redução da demanda por crédito de curto prazo em determinados segmentos;
Elevação do custo efetivo de captação e de operação para clientes finais;
Ajustes em produtos financeiros com IOF (empréstimos, financiamentos).

Considerações Finais

O ano de 2025 foi marcado por forte interferência de fatores externos e por mudanças estruturais no ambiente fiscal e tributário do país. Para o setor bancário, o período demandou:

- ✓ Adaptação a novas exigências regulatórias e fiscais;
- ✓ Preparação sistêmica e estratégica para os efeitos da reforma tributária;
- ✓ Monitoramento contínuo dos impactos de crédito, inadimplência e risco operacional.

A instituição permanece atenta às atualizações legislativas e econômicas e mantém seus sistemas de controle e gestão adequados aos novos marcos normativos e riscos emergentes.

Dongjoo Lee
Presidente

Chulki Park
Diretor

ROBERTA
GONCALVES
MARQUES DA
SILVA:28285415848

Digitally signed by ROBERTA
GONCALVES MARQUES DA
SILVA:28285415848
Date: 2025.09.30 10:57:12
-03'00'

Roberta Gonçalves Marques da Silva
Contadora: CRC 1SP 294780/O-9